

Simon justifica a modificação das liminares

O líder do governo no Senado, Pedro Simon, defendeu a necessidade de modificação do instituto da liminar no Código de Processo Civil, a ser anunciada pelo presidente Itamar Franco. "No país, as liminares têm, obviamente, efeito de lei, perdurando por muito tempo, já que as decisões de mérito levam dois anos ou mais", justificou.

Ele exemplificou com o caso da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins): milhares de empresas ganharam liminares em varas federais de todo o país, deixando de pagar o imposto. "Até agora, a questão da Cofins não teve julgamento de mérito pelo

Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, todas as contribuições da Cofins que se destinavam à área social ficaram suspensas, impedindo o governo de atender inúmeros setores", lembrou. Ele reconheceu que existe um "pavor generalizado" das autoridades quanto aos efeitos das liminares, pois estas, na prática,

têm efeito de lei exatamente pela demora no julgamento final das ações.

O senador gaúcho disse que diante desta situação "alguma coisa teria de ser feita". Daí a decisão de modificar o instituto da liminar, o que na prática levará à "redução de seus poderes".